

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CONCURSO PÚBLICO

CARGO 2.1:
ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO
ÁREA:
CONTROLE EXTERNO
ESPECIALIDADE:
CONTROLE EXTERNO
ORIENTAÇÃO:
AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Prova Objetiva P_1
Prova Discursiva P_3

Aplicação: 2/8/2008

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém **CENTO E VINTE** itens, correspondentes à prova objetiva P_1 , corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva P_3 e de espaços para rascunho.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Fazer as coisas depressa impede que elas sejam bem feitas.

- 3 Os espaços para rascunho da prova discursiva são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Nos itens da prova objetiva, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos definitivos da prova discursiva para o caderno de textos definitivos.
- 9 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar o seu caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **5/8/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **6 a 8/8/2008** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **2/9/2008** – Resultados final das provas objetivas e provisório das provas discursivas e convocação para a perícia médica: Diário Oficial da União (DOU) e Internet.
- IV **3 a 5/9/2008** – Recursos (provas discursivas): conforme determinações contidas no item II.
- V **14/9/2008** – Realização da perícia médica.
- VI **23/9/2008** – Resultados final das provas discursivas e provisório da perícia médica: DOU e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 2 – TCU-ACE, de 3/4/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Sempre que utilizadas, as siglas subseqüentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal de 1988; CNJ = Conselho Nacional de Justiça; MP = Ministério Público; OAB = Ordem dos Advogados do Brasil; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; TCU = Tribunal de Contas da União.

PROVA OBJETIVA P₁ – CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 18

1 Ao apresentar a perspectiva local como *inferior* à
perspectiva global, como incapaz de entender, de explicar e,
em última análise, de tirar proveito da complexidade do
4 mundo contemporâneo, a concepção global atualmente
dominante tem como objetivo fortalecer a instauração de um
único código unificador de comportamento humano, e abre
7 o caminho para a realização do sonho definitivo de
economias globais de escala. Como resultado deste processo,
o “modelo econômico” alcança sua perfeição, que não é
10 somente descrever o mundo, mas efetivamente governá-lo.
E esta é a essência mesma do paradigma moderno de
desenvolvimento e de progresso, cujo estágio supremo de
13 perfeição a globalização representa.

Fica claro que a escala não poderia ser melhor ou
maior do que sendo global e é somente neste nível que a sua
16 primazia e universalidade são finalmente afirmadas, junto
com a certeza de que jamais poderia surgir alguma
alternativa viável ao sistema ideologicamente dominante
19 fundado no livre mercado, dada a ausência de qualquer
cultura ou sistema de pensamento alternativo.

Se virmos o fenômeno da globalização sob esta luz,
22 creio que não poderemos escapar da conclusão de que o
processo é totalmente coerente com as premissas da
ideologia econômica que têm se afirmado como a forma
25 dominante de representação do mundo ao longo dos últimos
100 anos, aproximadamente.

A globalização não é, portanto, um acontecimento
28 accidental ou um excesso extravagante, mas uma extensão
simples e lógica de um “argumento”. Parece realmente muito
difícil conceber um resultado final que fizesse mais sentido
31 e fosse mais coerente com as bases ideológicas sobre as
quais está fundado. Em suma, a globalização representa a
realização acabada e a perfeição do projeto de modernidade
34 e de seu paradigma de progresso.

G. Muzio. A globalização como o estágio de perfeição do paradigma moderno: uma estratégia possível para sobreviver à coerência do processo. Trad. Luis Cláudio Amarante. In: Francisco de Oliveira e Maria Célia Paoli (Org.). Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global. 2.ª ed. Petrópolis – RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, p. 138-9 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e a aspectos lingüísticos do texto, julgue os itens seguintes.

- 1 No texto, é apresentada, em forma dissertativa, uma análise do processo de globalização e da hegemonia, no mundo contemporâneo, do sistema econômico embasado no livre mercado.
- 2 A direção argumentativa do texto evidencia a intenção do autor em fazer uma apologia do modelo de desenvolvimento e de progresso que a globalização representa.
- 3 Infere-se do texto que a globalização constitui o caminho ideal para a superação do atraso econômico verificado em alguns países, cuja cultura local se mostra incapaz de compreender a complexidade do mundo contemporâneo.
- 4 A supressão da vírgula logo após o termo “humano” (ℓ.6) não prejudica a correção gramatical do texto.
- 5 Mantém a correção gramatical do texto a seguinte reescrita do trecho “e abre o caminho para a realização” (ℓ.6-7): **e deixa aberto o caminho à realização.**
- 6 Na linha 11, não haveria prejuízo para os sentidos do texto caso o termo “mesma” fosse deslocado para antes do substantivo “essência”, dado o caráter enfático que o termo pronominal adquire no contexto.
- 7 Mantém-se a correção gramatical e a coerência do texto caso o trecho “cujo estágio supremo de perfeição a globalização representa” (ℓ.12-13) seja assim reescrito: **do qual estágio supremo de perfeição é representado pela globalização.**
- 8 No texto, o termo “primazia” (ℓ.16) está empregado com o mesmo sentido que na frase: Segundo o presidente da República, a Organização das Nações Unidas deve deter a primazia na preservação da paz e da segurança internacional.
- 9 Na linha 24, a forma verbal “têm” em “têm se afirmado” estabelece relação de concordância com o termo antecedente “ideologia”.
- 10 O ‘argumento’ mencionado à linha 29 pode ser assim entendido: modelo econômico embasado no livre mercado é a alternativa mais viável para o progresso e desenvolvimento mundial.

Tendo o texto apresentado como referência inicial e considerando aspectos marcantes da realidade econômica e política mundial contemporânea, julgue os itens que se seguem.

- 11 Sob o ponto de vista econômico, a globalização dos dias atuais é decorrência de um longo processo histórico, impulsionado, a partir da Revolução Industrial, pela expansão imperialista e neocolonialista iniciada em meados do século XIX.
- 12 O expressivo desenvolvimento científico-tecnológico verificado na segunda metade do século XX foi decisivo para a ampliação da capacidade produtiva e para a circulação de mercadorias e de capitais, características essenciais da economia global do tempo presente.
- 13 A eliminação do espaço de manobra dos Estados nacionais, acompanhada da dissolução dos organismos multilaterais, é a mais evidente característica política da atualidade, razão pela qual as grandes corporações econômicas ditam as regras e monopolizam o poder mundial.
- 14 A “complexidade do mundo contemporâneo”, mencionada no texto, pode ser comprovada, entre outras situações, pelo paradoxo de um discurso vigorosamente favorável ao livre comércio em meio a práticas tipicamente protecionistas, particularmente as conduzidas pelos países economicamente mais poderosos.
- 15 A crise profunda que vitimou o modelo soviético, arrastando consigo a experiência do socialismo real do Leste europeu, conseguiu retardar ao máximo o avanço do que o texto classifica como “sistema ideologicamente dominante fundado no livre mercado”.
- 16 Os êxitos econômicos obtidos pela China, nos últimos anos, devem ser explicados por diversos fatores, entre os quais se destacam o enrijecimento de sua opção pelo socialismo e a recusa em promover reformas que abrissem sua economia aos capitais privados, nacionais ou internacionais.
- 17 A força avassaladora da globalização destruiu as manifestações nacionalistas que sempre caracterizaram a história contemporânea. Assim, movimentos separatistas ou de independência nacional deixaram de existir, e os próprios governos nacionais se vêem impelidos a acatar decisões vindas do exterior.
- 18 Surgida no pós-Segunda Guerra Mundial para agir no contexto da guerra fria, a Organização das Nações Unidas (ONU) parece estar, na atualidade, em situação de crise, não sendo raras as oportunidades em que suas sugestões e decisões são desconsideradas, tal como ocorreu na última invasão do Iraque.

Texto para os itens de 19 a 27

1 Dentro de um mês tinha comigo vinte aranhas; no
mês seguinte cinquenta e cinco; em março de 1877 contava
4 quatrocentas e noventa. Duas forças serviram principalmente
à empresa de as congregar: o emprego da língua delas, desde
que pude discerni-la um pouco, e o sentimento de terror que
lhes infundi. A minha estatura, as vestes talares, o uso do
7 mesmo idioma fizeram-lhes crer que eu era o deus das
aranhas, e desde então adoraram-me. E vede o benefício
desta ilusão. Como as acompanhasse com muita atenção e
10 miudeza, lançando em um livro as observações que fazia,
cuidaram que o livro era o registro dos seus pecados, e
fortaleceram-se ainda mais nas práticas das virtudes. (...)

13 Não bastava associá-las; era preciso dar-lhes um
governo idôneo. Hesitei na escolha; muitos dos atuais
pareciam-me bons, alguns excelentes, mas todos tinham
16 contra si o existirem. Explico-me. Uma forma vigente de
governo ficava exposta a comparações que poderiam
amesquinhá-la. Era-me preciso ou achar uma forma nova ou
19 restaurar alguma outra abandonada. Naturalmente adotei o
segundo alvitre, e nada me pareceu mais acertado do que
uma república, à maneira de Veneza, o mesmo molde, e até
22 o mesmo epíteto. Obsoleto, sem nenhuma analogia, em suas
feições gerais, com qualquer outro governo vivo, cabia-lhe
ainda a vantagem de um mecanismo complicado, o que era
25 meter à prova as aptidões políticas da jovem sociedade.

A proposta foi aceita. Sereníssima República
pareceu-lhes um título magnífico, roçagante, expansivo,
28 próprio a engrandecer a obra popular.

Não direi, senhores, que a obra chegou à perfeição,
nem que lá chegue tão cedo. Os meus pupilos não são os
31 solários de Campanella ou os utopistas de Morus; formam um
povo recente, que não pode trepar de um salto ao cume das
nações seculares. Nem o tempo é operário que ceda a outro
34 a lima ou o alvião; ele fará mais e melhor do que as teorias
do papel, válidas no papel e mancas na prática.

Machado de Assis. *A Sereníssima República (conferência do cônego Vargas)*. In: *Obra completa*. Vol. II. Contos. Papéis avulsos. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959, p. 337-8.

No que se refere aos sentidos, à organização das idéias do texto e à tipologia textual, julgue os itens de 19 a 24.

- 19 O autor do texto, por meio de narrativa alegórica, uma parábola, expõe seu ponto de vista acerca do comportamento humano e da organização política e social.
- 20 Infere-se da leitura do texto que dois fatores se destacam nas relações sociais de poder: a unidade lingüística e o sentimento de medo incutido no outro.

- 21 Para o criador da sociedade das aranhas, a prática das virtudes é condição natural dos que crêem em Deus.
- 22 Na frase “E vede o benefício desta ilusão” (ℓ.8-9), o narrador dirige-se diretamente às aranhas.
- 23 No texto, uma característica da república escolhida para ser instaurada na sociedade das aranhas é explicitada na expressão “sem nenhuma analogia, em suas feições gerais, com qualquer outro governo vivo” (ℓ.22-23).
- 24 No texto, a comparação estabelecida entre o tempo e um trabalhador que faz questão de cumprir, ele mesmo, o seu ofício serve de crítica aos governos vigentes, que o autor do texto considera mesquinhos.

Julgue os seguintes itens, que se referem a aspectos lingüísticos do texto.

- 25 O verbo **ter**, na linha 1, está empregado no sentido de **haver**, **existir**, por isso mantém-se no singular, sem concordar com o sujeito da oração — “vinte aranhas” (ℓ.1).
- 26 O trecho “o que era meter à prova as aptidões políticas da jovem sociedade” (ℓ.24-25) pode ser reescrito, mantendo-se a correção e a coerência do texto, da seguinte forma: **o de pôr à prova as habilidades políticas da jovem sociedade**.
- 27 A forma verbal “formam” (ℓ.31) está flexionada na 3.ª pessoa do plural para concordar com a idéia de coletividade que a palavra “povo” (ℓ.32) expressa.

Julgue os fragmentos de texto apresentados nos itens a seguir quanto à correção gramatical.

- 28 À despeito do aumento da taxa SELIC no mês passado, o juro real continua em queda e deve, atingir o menor nível em quase cinco anos, desde novembro de 2003. Levantamento feito pelo Estado, com base nas projeções de mercado para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mostra que o juro real deve cair para 6,50% ao ano neste mês, levando-se em conta o atual nível da SELIC.
- 29 As negociações globais de comércio devem ganhar impulso com os novos esboços de acordo internacional sobre produtos agrícolas e industriais. Reivindicações do Brasil e de outros países emergentes foram contempladas no acordo, mas os diplomatas ainda terão de trabalhar intensamente nos próximos meses, dado o objetivo de alcançarem um acordo básico sobre a redução de tarifas e subsídios para facilitar o acesso aos mercados.

Of. n.º 005/2008 / [Órgão]

Cidade, 8 de janeiro de 2008.

[Nome]

Diretor do Departamento de Imagem Urbana
CEP – Cidade – UF

Assunto: Gabinete de Rua

Sr. Diretor,

1. Dando início aos trabalhos desta Câmara Municipal para o ano de 2008, realizaremos o primeiro Gabinete de Rua, no dia 19 do corrente. Para tanto, solicitamos que V. S.^a expresse vossa autorização para a montagem de um estande para a realização da referida atividade na Praça das Flores (Centro), das 9 às 13 horas.
2. Informamos que o Gabinete de Rua consiste em ação de cidadania, oportunidade em que os munícipes terão acesso a alguns serviços de saúde, tais como aferição de pressão, exame de glicemia capilar, além de poderem apresentar, por meio do preenchimento de questionário, suas reivindicações para a melhoria da cidade.
3. Certos da atenção que nos será dispensada, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

[Nome]

[Vereador]

Considerando o documento acima, julgue os itens que se seguem, referentes à redação de correspondências oficiais.

- 30 Estaria garantida a adequação do assunto ao objetivo proposto no documento caso aquele estivesse assim especificado: **Solicitação de montagem de estande para evento promovido pela Câmara Municipal**.
- 31 No tópico 1 do ofício apresentado, na expressão “desta Câmara Municipal”, o termo “desta” deve ser substituído por **dessa**, visto que se refere à instituição a que pertence o remetente do ofício.
- 32 O termo “vossa”, no segundo período do tópico 1, está indevidamente empregado no documento, visto que a concordância com os pronomes de tratamento deve ser feita na terceira pessoa.
- 33 O fecho utilizado no documento não está adequado à hierarquia dos cargos, devendo ser substituído por **Respeitosamente**.

Com relação aos conceitos e à legislação aplicáveis ao controle externo e às instituições fiscalizadoras, julgue os itens a seguir.

- 34** Nos termos da Declaração de Lima, a pré-auditoria, tarefa indispensável de todas as entidades fiscalizadoras superiores, tem a vantagem de reduzir o volume de trabalho e tornar indistintas as responsabilidades previstas no Direito Público.
- 35** Na atual estrutura do sistema de controle interno do Poder Executivo federal, que deve atuar em cooperação com o TCU, os órgãos correspondentes do Itamaraty e dos comandos militares são os que estão precisamente posicionados de acordo com as recomendações das entidades fiscalizadoras superiores (INTOSAI), em razão de sua subordinação hierárquica e de suas vinculações funcionais.
- 36** Na hipótese de entidades fiscalizadoras superiores emitirem pareceres especializados, inclusive comentários sobre proposições legislativas, as autoridades administrativas serão obrigadas a acatá-las. Essa tarefa adicional, inclusive, deverá prevenir futuros achados de auditorias.
- 37** As contas dos dirigentes dos Poderes e órgãos da administração pública federal deverão ser encaminhadas, anualmente, ao TCU, dentro de 60 dias após a abertura da sessão legislativa.
- 38** Na sua missão de apreciação das contas anuais dos dirigentes da República, o TCU emitirá parecer prévio específico para cada Poder, inclusive para o Ministério Público Federal, impreterivelmente até a data do recesso subsequente ao do recebimento dessas contas.
- 39** No âmbito federal, o parecer sobre as contas do TCU é de responsabilidade da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional.
- 40** Cabe ao STJ processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns — aí compreendidos os crimes de responsabilidade —, os membros do TCU.
- 41** Cabe ao STF processar e julgar, originariamente, os conflitos de competência entre o STJ e quaisquer tribunais, inclusive os conflitos resultantes de recomendações e decisões do TCU.
- 42** O TCU é responsável pela fiscalização do cumprimento da obrigatoriedade de encaminhamento e consolidação das contas de todas as esferas da Federação.
- 43** Ainda que a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional sejam princípios institucionalizados do Ministério Público, haverá membros do MP junto ao TCU, entre os quais um será escolhido ministro, periódica e alternadamente, como parte do terço que cabe ao presidente da República indicar.

- 44** A jurisdição do TCU se estende aos sucessores dos responsáveis pela aplicação de recursos repassados pela União aos demais entes, até o limite do valor do patrimônio transferido.
- 45** Na hipótese de desvio de aplicações em curso, as tomadas de contas especiais serão encaminhadas imediatamente ao TCU, independentemente do valor do dano que já tiver sido causado ao erário.
- 46** Uma decisão do TCU, em processo de tomada ou prestação de contas, só será considerada terminativa quando, transcorridos cinco anos do seu arquivamento, não for possível comprovar os fatos que tenham sobrestado o seu julgamento, por indícios de irregularidades.
- 47** O conceito de irregularidade, na acepção da Lei Orgânica do TCU, é mais abrangente do que a existência de dano provocado por desfalque ou desvio de valores públicos, ou a prática de atos ilegais ou a mera omissão no dever de prestar contas. Atualmente, para julgar irregulares as contas, é suficiente a comprovação de dano provocado por ato antieconômico ou de prática de ato de gestão qualificado como antieconômico.
- 48** A fiscalização do TCU não se limita à realização da despesa; compreende também a arrecadação da receita e as próprias renúncias de receitas, inclusive a verificação do real benefício socioeconômico dessas renúncias.
- 49** Nos casos em que se constatar que o custo de uma cobrança é superior ao valor do ressarcimento devido por um agente público, em razão de irregularidade praticada, o TCU poderá cancelar o débito, mas o respectivo processo não poderá ser arquivado.
- 50** O pagamento integral e tempestivo de multa imposta ao agente público no caso de contas julgadas irregulares modifica o julgamento quanto à irregularidade das contas.
- 51** As informações solicitadas à fazenda pública e encaminhadas ao TCU, protegidas por sigilo fiscal, para apuração de infração administrativa, poderão ser retransmitidas, em caso de solicitação, a outro órgão ou entidade fiscalizador(a) da administração pública federal.
- 52** A gestão de pessoas, no âmbito do TCU, orienta-se por um conjunto de princípios, um dos quais consiste em que todo servidor tenha acesso a informações e decisões que afetem diretamente a sua vida funcional.
- 53** Pode-se dar publicidade à ação fiscalizatória do TCU, divulgando-se informações relativas ao plano de fiscalização, desde que tal divulgação não comprometa o sigilo dos trabalhos.

Com a Constituição de 1988, o TCU teve a sua jurisdição e competência substancialmente ampliadas. Recebeu poderes para, no auxílio ao Congresso Nacional, exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade, e a fiscalização da aplicação das subvenções e da renúncia de receitas. Qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária tem o dever de prestar contas ao TCU.

Internet: <www2.tcu.gov.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem, relativos ao enquadramento constitucional do TCU.

- 54** A expressão economicidade, utilizada pelo legislador constituinte e mencionada no texto, autoriza uma apreciação não meramente literal, legalista ou formal do controle a ser desenvolvido pelo TCU, conferindo a este tribunal amplo poder de cognição. Tal amplitude de atuação não é conferida à administração pública, mesmo diante de um moderno direito administrativo de cunho principiológico.
- 55** A possibilidade de um tribunal de contas, de natureza político-administrativa, julgar as contas de pessoas estranhas ao Estado serve como exemplo do conceito de direito administrativo sob um critério meramente subjetivo de administração pública.
- 56** A independência conferida ao TCU faz com que as suas decisões, emanadas no exercício de sua atividade-fim, não se submetam a qualquer controle posterior.
- 57** Conforme o STF, o TCU, no exercício de suas atribuições, pode apreciar, de forma incidental, a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.
- 58** Para o STF, a independência conferida ao TCU não exclui a competência de fiscalização de suas contas pelo Poder Legislativo.

Com referência ao regime e à forma de governo do Brasil, julgue o item abaixo.

- 59** A república e a forma federativa de Estado foram arroladas expressamente como cláusulas pétreas pelo constituinte originário.

Uma fundação pública federal firmou contrato de prestação de serviços com uma organização social, tendo por objeto execução de atividade contemplada no contrato de gestão, consistente na instalação de um posto de atendimento médico-hospitalar. Conforme os termos desse contrato, a fundação seria responsável pelo aporte de R\$ 3.000.000,00, e a referida organização social ficaria incumbida da contratação de pessoal, do fornecimento de equipamentos e da prestação dos serviços previstos, nos termos do contrato de gestão.

Com referência à situação hipotética acima apresentada e à natureza jurídica das entidades da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 60** A organização social, que integra as chamadas entidades paraestatais, insere-se na concepção administrativa fundada no conceito de Estado mínimo, segundo o qual a saúde não é considerada atividade típica de Estado.
- 61** O regime jurídico das fundações públicas e o das autarquias distinguem-se quanto à forma de sua criação, pois as fundações públicas, ao contrário das autarquias, não são criadas por lei e, sim, têm a sua criação autorizada por lei.
- 62** A contratação da referida organização social, na situação hipotética descrita, configura hipótese em que é permitida a dispensa de licitação.

Maria, servidora pública federal, com 25 anos de idade, tomou posse e entrou em exercício no seu cargo efetivo de analista no TCU, cargo para o qual se exige formação de nível superior em qualquer área do conhecimento. Tempos depois, ela tomou posse e entrou em exercício no cargo público de professor universitário, na Universidade de Brasília (UnB). Somente um ano depois de ter tomado posse na UnB, Maria comunicou esse fato ao setor de pessoal do TCU, ocasião em que tomou posse em cargo em comissão nesse tribunal.

A respeito da situação hipotética acima, julgue os seguintes itens.

- 63** O exercício do cargo de analista é legalmente acumulável com o cargo de professor, conforme jurisprudência do STJ, desde que haja compatibilidade de horários.
- 64** O prazo para prescrição da pretensão punitiva, considerando-se que a acumulação de cargos citada fosse ilegal, seria de 5 anos, a contar da data da entrada em exercício do cargo de professor e não da data da comunicação do fato ao setor de pessoal do TCU.
- 65** Eventual processo administrativo disciplinar aberto contra Maria, pelo fato descrito, seguirá o rito sumário.
- 66** O valor da remuneração do cargo em comissão que Maria passou a receber não integra a base de cálculo da contribuição social dos servidores públicos.

Um deputado estadual de Sergipe, insatisfeito com os recursos que o estado vinha recebendo da União, resolveu apresentar um projeto de lei estadual criando um novo imposto, incidente sobre a exploração da atividade de lavra de petróleo nesse estado por empresas privadas e estatais.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 67** Os *royalties* recebidos pelo estado de Sergipe são considerados como receitas públicas originárias deste ente federativo.
- 68** As riquezas minerais, como o petróleo, são bens da União.
- 69** A mencionada lei estadual, se publicada, poderá ser objeto de controle de constitucionalidade, na via concentrada, por meio de ação declaratória de constitucionalidade, perante o STF, devendo, nessa situação, o advogado-geral da União ser citado para defender a constitucionalidade da lei.
- 70** Na situação em apreço, compete ao TCU fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos a título de *royalties* pelo estado de Sergipe, já que esses recursos são repassados pela União aos estados.
- 71** O projeto de lei proposto pelo mencionado deputado estadual apresenta inconstitucionalidade formal de iniciativa, pois a matéria tributária é de competência privativa do governador do estado.
- 72** O mencionado imposto deveria ser criado por meio de lei complementar estadual, já que é um imposto não arrolado expressamente na CF.
- 73** A atividade de lavra de petróleo, considerada pela CF como monopólio da União, pode ser exercida por empresas estatais ou privadas.
- 74** A matéria tratada no referido projeto de lei estadual poderia ser objeto de medida provisória, mesmo que a constituição do estado do Sergipe não contemplasse essa modalidade de ato normativo.

A União firmou contrato de obra pública com a construtora Cimento Forte Ltda., visando construir uma hidrelétrica em um grande rio do estado do Pará, obra essa que durará cerca de 3 anos, de forma a diminuir o risco futuro de crise de energia elétrica. Para tanto, utilizou-se da dispensa de licitação. Nos termos desse contrato de obra pública, todas as indenizações por danos causados a terceiros em decorrência da obra seriam suportadas pela construtora.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 75** Caso um terceiro sofra danos em decorrência da mencionada obra, ele poderá ingressar com ação de reparação de danos diretamente contra a construtora com fundamento na responsabilidade civil objetiva, na forma da Constituição.
- 76** A situação descrita caracteriza emergência, razão por que a contratação por meio de dispensa de licitação foi adequada.

Em 31/12/2001, entrou em vigência contrato de prestação de serviços contínuos de vigilância entre a empresa Vigilantes e Atentos Ltda. e a União, com prazo de duração de um ano. Em 15/12/2002, Helena, servidora pública federal, foi flagrada ao receber propina de João, sócio-gerente da citada empresa, para renovar o contrato de prestação de serviços por mais um ano, o que acabou ocorrendo. Nesse mesmo dia, tais fatos repercutiram nacionalmente na imprensa.

Em 2/5/2003, foi aberto processo administrativo disciplinar visando apurar os fatos, somente tendo sido publicada em 15/5/2008 a portaria da demissão de Helena.

Acerca da situação hipotética acima apresentada, julgue os próximos itens.

- 77** O contrato de prestação de serviços contínuos de segurança e vigilância pode ser prorrogado, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, por iguais e sucessivos períodos, limitados a sessenta meses.
- 78** Em 2/5/2003, com a instauração do processo administrativo disciplinar, por meio da publicação da respectiva portaria, o prazo prescricional foi interrompido e somente voltou a correr 140 dias após essa data, não estando, portanto, prescrita a pretensão punitiva da administração pública.
- 79** No mencionado processo administrativo disciplinar, não haveria ofensa ao princípio da ampla defesa e do contraditório caso faltasse a Helena defesa técnica por meio de advogado, conforme entendimento do STF.
- 80** Se a empresa Vigilantes e Atentos Ltda. não recolher os encargos previdenciários devidos por ela em face da remuneração paga aos seus empregados, na execução do referido contrato, ficará a União solidariamente responsável por esse pagamento, conforme o disposto na lei geral de licitações.

Márcio e sua esposa, residentes em Brasília, diante das suas férias no fim do último ano, adquiriram dois bilhetes de passagem de ida e volta para a cidade de Teresina, junto à empresa de transporte coletivo rodoviário X. Como houve atraso de mais de 10 horas no embarque, Márcio e sua esposa resolveram ingressar com ação de indenização, buscando a reparação de danos morais e materiais.

Acerca da situação hipotética acima apresentada, julgue os itens subsequentes.

- 81** Mesmo que a empresa comprove, nos autos da ação de indenização contra ela proposta, que o atraso decorreu de culpa exclusiva de terceiro, ela estará obrigada a indenizar os referidos danos.
- 82** Na situação em apreço, por falta de prazo previsto em lei específica, a ação de reparação de danos contra a concessionária de serviço público prescreverá em três anos, conforme dispõe o Código Civil.
- 83** Comprovado que o dano foi causado por ato de agente público do Estado, agindo nessa qualidade, caberá a esse indenizar o réu.

Acerca da organização do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue os próximos itens.

84 Junto ao CNJ, oficialão o procurador-geral da República e o presidente do Conselho Federal da OAB.

85 Compete ao CNJ apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, restando afastada, nesse ponto, a competência do TCU.

Tendo por base os princípios constitucionais que informam o direito processual civil, julgue os seguintes itens.

86 Considere que uma auditoria feita pelo TCU tenha concluído pela existência de fortes indícios de que certo prefeito desviou recursos federais que recebera para aplicação no programa de merenda escolar do município. Nessa situação, a Corte de Contas terá necessariamente de citar o primeiro mandatário municipal para que apresente as suas razões de justificativa, em observância ao princípio constitucional do contraditório, também conhecido como princípio do devido processo legal.

87 Ao longo de toda a fase instrutória de uma complexa ação envolvendo apropriação indevida de direitos autorais, o juiz deferiu todos os requerimentos que lhe foram dirigidos para juntada de documentos e outros elementos probantes aos autos, sempre concedendo vista às partes para sua manifestação nos termos da lei processual vigente. Nessa situação, ao oportunizar aos litigantes o pleno exercício do contraditório, o magistrado, simultaneamente, também deu efetividade concreta ao princípio constitucional da ampla defesa.

No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética a respeito de ato praticado por juiz, seguida de uma assertiva a ser julgada.

88 Roberval propôs ação pelo rito ordinário contra a empresa pública na qual trabalha há mais de quinze anos, buscando o pagamento de parcelas relativas a três planos econômicos que entende lhe foram indevidamente subtraídas. O juiz pronunciou a decadência em relação aos pedidos relativos a dois dos planos econômicos e determinou o prosseguimento do feito em relação ao terceiro pedido. Nessa situação, o ato praticado pelo juiz foi uma sentença, pois se baseou em uma das hipóteses de extinção do processo sem julgamento do mérito previstas no Código de Processo Civil.

Julgue os itens de **89** a **95**, que versam sobre *writs* constitucionais, cuja utilização criteriosa é de vital importância para a consolidação do estado democrático de direito.

89 Considere que um grupo de advogados, empregados de uma sociedade de economia mista, for notificado pelo TCU para apresentar suas razões de justificativa em um processo que apure irregularidades em uma licitação que teria sido levada a efeito com base em suas manifestações jurídicas. Nesse caso, entendendo que a Corte de Contas não tem competência para julgar os atos por eles praticados, os advogados poderão impetrar mandado de segurança junto ao STJ, o qual somente concederá a medida liminar requerida, se for o caso, depois de prestadas informações pela autoridade coatora.

90 De acordo com iterativa jurisprudência do STJ, sempre que o juiz verificar que se acham presentes os requisitos da medida liminar em mandado de segurança, deverá deferi-la. Contudo, não poderá estabelecer caução, ainda que sob a justificativa de evitar danos irreversíveis ao erário, exceto nos casos expressamente previstos em lei.

91 Considere a seguinte situação hipotética. Embora houvesse previsão legal, um ministério demorou três anos para efetuar a promoção dos membros de uma categoria de fiscais federais a diversos níveis da carreira e a fez sem o pagamento dos atrasados. Entendendo ser líquido e certo o seu direito, um grupo de trinta servidores constituiu advogado para impetrar mandado de segurança com pedido de liminar contra a omissão do secretário de recursos humanos da pasta, visando obrigá-lo a efetuar imediatamente o pagamento das parcelas em atraso.

Nessa situação, o juiz não precisará ouvir a autoridade apontada como coatora antes de apreciar o pedido de medida liminar, pois não se trata de mandado de segurança coletivo; quanto à medida liminar requestada, deverá ser indeferida, pois existe legislação específica que proíbe sua concessão para o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias a servidores públicos.

92 Considere a seguinte situação hipotética. Certo prefeito de município carente de assistência médica, com o objetivo de construir um novo hospital na região, conseguiu a aprovação de lei na Câmara Municipal autorizando a desapropriação do imóvel em que nasceu e viveu um dos mais renomados pintores brasileiros, situado em terreno considerado ideal para a construção da unidade de saúde. Consta que a referida residência é objeto de visitação turística e motivo de orgulho para a população local. Nessa situação, encontram-se presentes os requisitos para que qualquer cidadão brasileiro, no pleno gozo de seus direitos civis e políticos, proponha ação popular a fim de preservar o patrimônio histórico em questão.

93 Um promotor de justiça ingressou com ação civil pública contra a companhia de saneamento básico de seu estado, por estar essa companhia realizando obras que provocam o assoreamento das margens de um importante rio que banha vários municípios. Na exordial, pediu a condenação da companhia em substancial quantia em dinheiro e também na obrigação de cessar a realização das obras. Diante de tal quadro, o juiz poderá acolher a ambos os pedidos deduzidos pelo órgão ministerial, considerando que a condenação pecuniária *in casu* tem caráter punitivo pelo dano já causado e a condenação na obrigação de não fazer tem caráter acautelatório de impedir a ampliação do dano.

94 Uma mesma situação fática pode dar azo à propositura tanto de uma ação popular como de uma ação civil pública, pois ambas se prestam à proteção dos interesses difusos e coletivos, diferindo fundamentalmente quanto à diversidade de pessoas que são legitimadas para propô-las. Assim, em observância aos princípios da economia processual e da efetividade da prestação jurisdicional, proposta uma dessas ações, o juiz não deverá conhecer de outra que tenha causa de pedir embasada no mesmo fato.

95 Considere a seguinte situação hipotética. No julgamento de representação feita por uma Secex estadual, o TCU decidiu convertê-la em tomada de contas especial e determinar a citação de três diretores de uma autarquia federal para que apresentem suas defesas para os atos por eles praticados, inquinados de irregularidade, ou então que recolham aos cofres da entidade em que trabalham as importâncias correspondentes ao prejuízo apurado. Em atendimento à solicitação feita por procurador da República que acompanhava o caso, foi-lhe encaminhada cópia do acórdão. Este decidiu ingressar com ação de reparação de danos por improbidade administrativa contra os referidos dirigentes.

Nessa situação, embora pendente o caso de julgamento definitivo pela Corte de Contas, sob nenhuma hipótese os réus poderão transacionar em juízo com o órgão ministerial visando pôr fim a essa demanda.

A respeito da validade dos negócios jurídicos e da possibilidade de sua anulação, em cada item subsequente é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

96 Os pais de Hoterlino, jovem de 19 anos de idade, faleceram em grave acidente automobilístico, herdando ele todos os bens e passando a residir com seus avós maternos. Tempos depois, necessitando saldar dívidas contraídas com cartão de crédito, fez, sozinho e de boa-fé, a venda de uma casa de praia a um casal de argentinos residentes na França. Nessa situação, essa venda é anulável, pois trata-se de negócio jurídico efetuado por indivíduo relativamente incapaz não assistido por seus representantes legais.

97 Ameaçada de morte por um primo, homem de notória violência, Abgail assinou contrato de compra e venda, transferindo-lhe a propriedade de uma fazenda de cacau na Bahia. Transcorridos seis anos, sem que cessasse a coação, esse primo faleceu, e ela decidiu imediatamente constituir advogado para buscar a anulação judicial do negócio. Nessa situação, caso logre êxito em provar a coação sofrida, é possível que Abgail obtenha decisão favorável ao seu pleito, pois o prazo decadencial de quatro anos para requerer a anulação é contado da data em que cessou a coação e não da data da realização do negócio.

Para a realização dos negócios jurídicos e para a discussão dos questionamentos deles advindos, é de suma importância o estabelecimento do domicílio das pessoas naturais ou jurídicas. Acerca desse tema, cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

98 Ranulfo, auditor-fiscal lotado na Delegacia da Receita Federal em Boa Vista-RR, foi nomeado para o cargo em comissão de diretor financeiro de uma autarquia com sede em Brasília. Nessa situação, durante o período em que ele estiver exercendo esse cargo, Ranulfo passará a ter por domicílio a Capital Federal, configurando-se o que se denomina domicílio necessário.

99 Genivaldo, residente em Teresina-PI, adquiriu um automóvel por meio de financiamento obtido junto à financeira da própria montadora, com sede em São Paulo. Nesse caso, inobstante tal fato, Genivaldo poderá demandar judicialmente a referida instituição financeira na própria capital piauiense, local onde foi assinado o contrato.

Julgue os itens a seguir, que versam sobre responsabilidade civil.

100 De acordo com o sistema civilista vigente, a responsabilidade tem como fundamento genérico o dolo. Este distingue-se em aquiliano e extra-contratual e se materializa pela prática de ato ilícito consistente não apenas na violação de preceito legal ou de obrigação contratual, mas também pode se dar pela infração de preceito moral determinado ou de obrigação de caráter geral de não causar dano. Existem, porém, certos atos lesivos que não são considerados atos ilícitos por expressa disposição legal.

101 Os titulares de serventias extrajudiciais (notário, oficial de registro e tabelião) prestam serviços em caráter privado, por delegação do poder público. Inclusive por isso, os funcionários dessas serventias podem ser contratados pelo regime celetista. Assim, o Estado não responderá objetivamente pelos danos causados pelos titulares dessas serventias ou pelos seus prepostos. O prejudicado por ato praticado por algum desses agentes somente contra ele poderá mover ação de natureza indenizatória.

102 Considere a seguinte situação hipotética. Manoel agrediu covardemente Joaquim, quase levando-o à morte. As seqüelas foram graves e afastaram a vítima do trabalho por seis meses. Tempos depois, ao propor ação indenizatória pelos danos sofridos, já estava em curso uma ação penal contra Manoel por tentativa de homicídio. Nessa situação, ciente do fato, o juízo cível deverá obrigatoriamente suspender o andamento da ação de reparação de danos até que seja proferido o julgamento pelo juízo criminal, a fim de evitar a ocorrência de decisões conflitantes.

103 Considere que, em julgamento realizado pelo TCU em sua composição plenária, o ex-presidente de uma fundação pública seja condenado ao pagamento de multa pecuniária por haver agido de forma negligente na condução de processo licitatório que acabou por acarretar prejuízos vultosos às finanças da instituição pública que administrou por quatro anos. Nessa situação, mesmo que não se tenha verificado dolo na conduta do ex-dirigente nem mesmo sinais de enriquecimento ilícito, ainda assim ele deverá ser civilmente responsabilizado pelo prejuízo causado ao erário, visando o ressarcimento integral do dano, estando ainda sujeito à perda da função pública, se for o caso, como também à suspensão de seus direitos políticos por prazo determinado.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 104** Marcos, servidor público, no exercício da função pública, adquiriu bens para uma empresa pública sem observar as formalidades pertinentes à dispensa de licitação. Nesse caso, segundo o STJ, a conduta apenas será penalmente punível se tiver acarretado contratação indevida e retratado o intento reprovável do agente.
- 105** Sílvio, empresário, concorreu para a prática de ato de improbidade, enriquecendo ilícitamente. Nesse caso, mesmo não sendo agente público, será atingido pelas disposições da Lei de Improbidade. Assim, após sua morte, seus sucessores estarão sujeitos às cominações da Lei de Improbidade até o limite do valor da herança.
- 106** Durante um espetáculo de circo, Andrey, que é atirador de facas, obteve a concordância de Nádia, que estava na platéia, em participar da sua apresentação. Na hipótese de Andrey, embora prevendo que poderia lesionar Nádia, mas acreditando sinceramente que tal resultado não viesse a ocorrer, atingir Nádia com uma das facas, ele terá agido com dolo eventual.
- 107** Arnaldo, lutador de boxe, agindo segundo as regras desse esporte, matou Ailton durante uma luta. Nesse caso, em razão da gravidade do fato, a violência esportiva não será causa de exclusão do crime.
- 108** Considere que tenha sido editada uma lei que descriminaliza um fato anteriormente descrito como infração penal, por não ser mais interessante, legítima e justa a punição dos autores de tal conduta. Nessa situação, a lei de *abolitio criminis* é retroativa e extingue o *jus puniendi* do Estado.
- 109** Marcelo, professor universitário, ao passar nas proximidades de uma construção civil, deixou de prestar assistência, quando era possível fazê-lo sem risco pessoal, a um pedreiro que acabara de se ferir gravemente em um acidente. Nesse caso, o delito praticado por Marcelo é omissivo próprio e admite tentativa.
- 110** Ricardo, obrigado por Sandra, mediante ameaça de arma de fogo, a ingerir quantidade excessiva de bebida alcoólica, ficou completamente embriagado. Nessa hipótese, se Ricardo viesse a cometer um delito, sua pena poderia ser reduzida em até 2/3, caso ele fosse, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Text for items from 111 through 120.

- 1 Around the world the public sector is under siege: taxpayers everywhere want better, cheaper government. The message is simple: tinkering with the system is not good enough. What's needed is a
4 complete reinvention of government.

Since the federal government initiated the National Performance Review in 1993, by most accounts progress has been
7 uneven in the implementation of the approaches developed.

The report notes that public confidence in the federal government has never been lower. The average citizen believes 48 cents
10 of every tax dollar are wasted. Five of every six strongly want "fundamental change". Only 20% of the people trust the federal government to do the right thing most of the time — down from 76 per
13 cent thirty years ago. The national debt now exceeds \$ 4 trillion — \$ 16,600 for every man, woman, and child.

There is enormous unseen waste. The Audit Department has
16 found that the Defense Department owns more than \$ 40 billion in unnecessary supplies. The Internal Revenue Service struggles to collect billions of unpaid bills. A century after industry replaced farming as the
19 country's principal source of wealth creation, the Agriculture Department still operates more than 12,000 field service offices, an average of nearly four for every county in the nation — rural, urban, or
22 suburban.

But the report goes farther:

*And yet, waste is not the only problem. The federal government
25 is not simply broke; it is broken. Ineffective regulation of the financial industry brought us the Savings and Loan debacle. Ineffective education and training programs jeopardize our competitive edge. Ineffective
28 welfare and housing programs undermine our families and cities.*

The conclusion was that the US is suffering the deepest crisis of faith in government in memory. In past crises, people doubted their
31 leaders on moral grounds. They felt their government was deceiving them or failing to represent values. Today's crisis is different: people simply feel the government doesn't work.

Don Tapscott. *The digital economy: promise & peril in the age of networked intelligence* (adapted).

Based on the text, judge the items below.

- 111** All over the world the public sector is besieged by those who pay taxes.
112 Reliance on the US federal government has once been higher.
113 Most people believe that near half a cent of each dollar is badly spent.
114 More than eighty percent of the people hunger for basic changes.
115 Three decades ago, at most 24% of people didn't rely on the federal government.

According to the text, it can be deduced that

- 116** the Internal Revenue Service has now succeeded in getting back billions of the existing debt.
117 today, the main source of wealth creation lies in the agricultural activities.
118 poor educational standards and training programs put in danger the advantage over competitors.
119 never before has the US experienced such a profound crisis of faith in government.
120 "enormous" (l.15) is the same as **large**.

PROVA DISCURSIVA P₃

- Nesta prova — que vale **vinte** pontos, sendo **dez** pontos para cada questão —, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P₃**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Em cada questão, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **vinte** linhas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito no espaço correspondente do **caderno de textos definitivos**.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

Leia o texto abaixo, que se refere ao Tribunal de Contas de Portugal.

A Constituição da República Portuguesa de 1976 incluiu o Tribunal de Contas no elenco dos Tribunais, qualificando-o como órgão de soberania — a par do presidente da República, da Assembleia da República e do governo.

Definido como verdadeiro tribunal, a ele se aplicam os princípios gerais constitucionalmente estabelecidos para os tribunais, dos quais se destacam:

- O princípio da independência e da exclusiva sujeição à lei;
- O direito à coadjuvação das outras entidades;
- Os princípios da fundamentação, da obrigatoriedade e da prevalência das decisões;
- O princípio da publicidade.

Garantia essencial da independência do Tribunal de Contas é a independência do seu presidente e de seus juízes, que por isso está necessariamente abrangida pela proteção constitucional daquela.

O princípio da independência dos juízes determina não apenas a sua inamovibilidade e irresponsabilidade, mas, igualmente, a sua liberdade perante quaisquer ordens e instruções das demais autoridades e, bem assim, a definição de um regime adequado de designação, com garantias de isenção e imparcialidade que evitem o preenchimento do quadro da magistratura deste tribunal, tal como dos restantes, de acordo com os interesses do governo ou da administração.

Definido como "o órgão supremo de fiscalização da legalidade das despesas públicas e de julgamento das contas que a lei mandar submeter-lhe", o legislador constituinte elegeu o Tribunal de Contas à categoria de tribunal especializado, de natureza financeira, profundamente diferente das demais categorias de tribunais em matéria de competências.

Na verdade, a Constituição realça que o Tribunal de Contas não tem apenas funções jurisdicionais mas igualmente funções de outra natureza, nomeadamente "dar parecer sobre a Conta Geral do Estado".

Além do mais, a sua competência constitucionalmente fixada pode ser ampliada por via de lei, dispondo expressamente a Constituição neste sentido.

Em conclusão, o Tribunal de Contas é, estrutural e funcionalmente, um tribunal, mais propriamente, um tribunal financeiro, um órgão de soberania, um órgão constitucional do Estado, independente, não inserido na administração pública, em particular, no Estado/Administração.

O tribunal de contas na atualidade. Internet: <www.tcontas.pt> (com adaptações).

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, discorra, de forma fundamentada e de acordo com a Constituição Federal brasileira, sobre os seguintes aspectos:

- natureza jurídica do TCU;
- relação entre o TCU e o Poder Legislativo;
- eventual vinculação hierárquica da Corte de Contas com o Congresso Nacional.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 2

Maria, servidora pública federal, requereu a concessão do benefício de aposentadoria pelo regime próprio, o qual lhe foi concedido por força da Portaria n.º X, de 5 de março de 2003, pela autoridade competente do órgão no qual estava lotada. Remetido o processo administrativo para o Tribunal de Contas da União, este, sem intimar Maria a se manifestar, entendeu que ela não preenchia os requisitos para aposentar-se, pelo que negou o registro e determinou ao órgão, em 6 de maio de 2008, o retorno de Maria ao serviço.

Com base nessa situação hipotética, responda, de forma fundamentada, às indagações a seguir:

- ▶ Houve nulidade na decisão proferida pelo TCU diante da inexistência de intimação para se promover a defesa de Maria?
- ▶ Qual seria o órgão judicial competente para julgar eventual mandado de segurança a ser impetrado por Maria?
- ▶ Há prazo decadencial para que a administração anule o ato contido na Portaria n.º X?

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CONCURSO PÚBLICO

CARGO 2.1:

ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO

ÁREA:

CONTROLE EXTERNO

ESPECIALIDADE:

CONTROLE EXTERNO

ORIENTAÇÃO:

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Prova Objetiva P_2
Prova Discursiva P_4

Aplicação: 3/8/2008

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém CEM itens, correspondentes à prova objetiva P_2 , corretamente ordenados de 121 a 220, seguidos da prova discursiva P_4 e de espaços para rascunho.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

A vida é um canal artificial, confinado a rumos preexistentes.

- 3 Os espaços para rascunho da prova discursiva são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Nos itens da prova objetiva, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos definitivos da prova discursiva para o caderno de textos definitivos.
- 9 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar o seu caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I 5/8/2008, após as 19 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II 6 a 8/8/2008 — Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 2/9/2008 — Resultados final das provas objetivas e provisório das provas discursivas e convocação para a perícia médica: Diário Oficial da União (DOU) e Internet.
- IV 3 a 5/9/2008 — Recursos (provas discursivas): conforme determinações contidas no item II.
- V 14/9/2008 — Realização da perícia médica.
- VI 23/9/2008 — Resultados final das provas discursivas e provisório da perícia médica: DOU e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 2 — TCU-ACE, de 3/4/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de **121 a 220** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA P₂ – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base nos preceitos e nas aplicações da auditoria no âmbito governamental bem como nas normas legais internas e internacionais, julgue os itens a seguir.

- 121** O vínculo empregatício do auditor interno com a empresa deve ser meramente circunstancial, em virtude de ele prestar serviços exclusivamente para a empresa, em tempo integral. Nesse sentido, a administração, apesar de hierarquicamente superior, deve sujeitar-se ao controle do auditor, submetendo-lhe a exame seus próprios atos.
- 122** Na definição do Institute of Internal Auditors, a auditoria interna, que presta serviços de avaliação e de consultoria, visa à eficácia dos processos de gestão de risco, controle e governança corporativa.
- 123** De acordo com o INTOSAI, as entidades fiscalizadoras superiores, quando responsáveis pela auditoria financeira das empresas privatizáveis, devem considerar que a auditoria contábil prévia à venda das empresas implica, para o auditor, menor nível de risco do que nos casos em que não haja transferência de propriedade.
- 124** Segundo o COSO, as pequenas empresas enfrentam desafios importantes para manter um controle interno a custos razoáveis. Nesses casos, entretanto, não obstante a limitação do número de empregados ou servidores, não há comprometimento da segregação de funções, não havendo necessidade de obtenção de recursos adicionais para assegurar a adequada segregação de funções.
- 125** Para o governo federal, aumentar a governança é promover a capacidade do governo de formular e implementar políticas públicas e de decidir, entre diversas opções, qual seria a mais adequada. A implementação dessas políticas requer que as organizações públicas — com foco nos resultados — disponham de sistemas contínuos de monitoramento e avaliação dos programas e do desempenho institucional.
- 126** Na visão do atual governo federal, as transformações propostas na gestão pública no que se refere à redução do *deficit* institucional e à ampliação da governança requerem aumento da eficiência. Nesse sentido, o melhor aproveitamento dos recursos escassos deve apoiar-se em informações confiáveis sobre os custos para uma melhor avaliação dos gastos, o que possibilita efetuar cortes seletivos e diferenciados das despesas públicas.
- 127** As normas de auditoria da INTOSAI, ao contrário das de outras procedências, em particular no âmbito interno de cada país, não podem ser prescritivas nem aplicadas compulsoriamente pelas entidades fiscalizadoras superiores ou por seu pessoal.
- 128** A exemplo da auditoria no setor privado, as entidades públicas auditadas devem manter uma relação de cliente com a entidade fiscalizada superior (EFS). Nesse sentido, ao levar em consideração as opiniões da administração em suas conclusões e recomendações, a EFS assume, perante essa administração, quaisquer responsabilidades quanto ao âmbito ou à natureza de sua auditoria.
- 129** Os auditores internos devem abster-se de avaliar operações específicas pelas quais tenham sido responsáveis anteriormente, entretanto podem prestar serviços de consultoria relacionados a tais operações.

Acerca das Normas Brasileiras de Contabilidade, julgue os itens subseqüentes.

- 130** A verificação da compatibilidade entre os lançamentos efetuados em determinada conta e a documentação correspondente é tipo de teste denominado de observância, enquanto a verificação do cumprimento da rotina definida para a escrituração desses fatos constitui teste do tipo adjetivo.
- 131** Caso uma empresa transfira para um prédio vizinho as instalações de seu centro de processamento de dados e obrigue todos os usuários a utilizar senha exclusiva, bem como substitua o administrador — que, além dessa atividade, seja um dos acionistas da empresa — por profissional da área, nessa situação, ao avaliar o ambiente de controle da entidade em relação às mudanças efetuadas, um auditor independente deverá concluir que os riscos de auditoria tendem a aumentar.
- 132** Se, ao divergir da interpretação de um dispositivo legal que estava baseada em orientação emanada do órgão central do sistema de auditoria, o responsável por determinada entidade estatal tornar possível a apuração de um lucro maior e, conseqüentemente, a obtenção de aumento nas participações no resultado dessa entidade, nessa situação, caracterizar-se-á a fraude, visto que, de acordo com as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o ato é tido como intencional e provoca manipulação dos resultados.
- 133** As evidências que respaldam os resultados da auditoria interna devem ser, entre outros aspectos, fidedignas, sendo considerada adequada a informação que, sendo confiável, propicie, com o emprego apropriado das técnicas da auditoria interna, a melhor evidência possível.

Julgue os itens de **134 a 140**, acerca dos tipos de auditoria e seu planejamento.

- 134** No Brasil, as disposições constitucionais e legais conferem às entidades fiscalizadoras superiores poderes para examinar a economicidade, a eficiência e a eficácia da ação governamental, o que a INTOSAI denomina de auditoria de otimização de recursos, que se insere, juntamente com a auditoria de regularidade, no âmbito geral da fiscalização pública.
- 135** Na auditoria específica para apuração de erros e fraudes, contratada por empresas que não mantêm auditores internos e sabem que há alcance, desvio ou mesmo falta de prestação de contas, mas desconhecem a causa da irregularidade, bem como suas dimensões e o(s) responsável(eis) por esta, o trabalho compreende menor extensão e maior profundidade em relação à conta ou ao elemento patrimonial sob investigação.
- 136** Na auditoria operacional realizada no âmbito de um órgão ou programa governamental, os critérios ou objetivos pelos quais eficiência e eficácia são medidas devem ser especificados pelos auditores e, não, pela administração, e os pareceres relativos a esses trabalhos não podem conter recomendações ou sugestões.

137 Em relação à organização e apresentação de processos de tomadas e prestações de contas, o conceito de risco está associado, segundo o TCU, à importância social ou econômica de um órgão ou entidade para a administração ou a sociedade, sendo a relevância correspondente à representatividade das dotações orçamentárias atribuídas a uma unidade ou gestor.

138 Segundo a orientação do TCU, na fase de planejamento, a equipe de auditoria deve construir uma visão geral do objeto a ser auditado. Entre as fontes de informação disponíveis, recomenda-se que notícias veiculadas pela mídia não sejam levadas em conta, a fim de se evitar a contaminação ou o direcionamento dos trabalhos, que devem caracterizar-se pela isenção e pela objetividade.

139 Se for verificado, na realização de uma auditoria, que o controle interno da empresa é satisfatório e o risco, relativamente reduzido, o auditor deve estabelecer nível de confiança mais elevado e amostra menor.

140 Caso as liberações de recursos referentes aos contratos que determinado órgão auditado mantém com terceiros possam ser efetuadas sem que as etapas anteriores de execução das obras tenham sido realizadas, nessa situação, considerando-se que os testes de controles devem fornecer evidência sobre a eficácia do desenho e operação dos correspondentes controles necessários, poderia ser aplicada, como teste de controle, a verificação do recebimento e da regularidade dos respectivos relatórios, bem como das providências adotadas após análise de seu conteúdo.

Acerca da técnicas de auditoria e sua execução, julgue os itens de **141** a **147**.

141 Na verificação de eventuais ônus sobre imóveis de propriedade da entidade auditada, consultam-se, entre outros documentos, certidões atualizadas do registro de imóveis, contratos de compra e venda ou de financiamento desses bens, assim como contratos de financiamento ou parcelamento de dívidas.

142 O auditor, ao constatar a existência de ajustes de avaliação patrimonial, deve verificar se estes correspondem a contrapartidas tanto de aumentos quanto de reduções ao valor de mercado, atribuído a elementos correspondentes ao ativo ou ao passivo e classificados no patrimônio líquido, enquanto não incorporadas ao resultado do exercício.

143 A circularização de ativos sempre se revela mais eficaz, pois o credor tem mais interesse em confirmar seu crédito ou, até mesmo, em apontar possíveis irregularidades.

144 Na verificação da correção do cálculo e da adequação do valor atribuído a título de dividendos, o auditor deve levar em conta, além do conhecimento da legislação específica no que se fizer obrigatório, as disposições estatutárias da companhia e, ainda, consultar a ata da assembléia geral que tiver declarado os montantes a serem pagos e a forma de seu pagamento a cada tipo de ação.

145 O achado de auditoria deve estar fundamentado em evidências juntadas ao relatório, sendo estas elementos indiciários e complementares que permitem a terceiros chegarem a conclusões independentes daquelas a que chegar a equipe de auditoria.

146 Nas parcerias entre o poder público e o setor privado, as entidades fiscalizadoras superiores devem priorizar o exame de efetividade da parceria quanto aos objetivos econômicos e sociais, centrando-se mais na consecução destes do que naquilo que os próprios objetivos deveriam ser

147 No processo de auditoria, após examinadas todas as evidências disponíveis, o auditor pode confiar, integralmente, na fidedignidade e na correção das demonstrações contábeis de uma entidade e, sempre que as evidências sejam insuficientes, o auditor deve fazer ressalvas em seu parecer.

Acerca da comunicação dos resultados de auditoria, julgue os itens subsequentes.

148 A inobservância de princípios ou normas de contabilidade não é condição suficiente para impedir a emissão de parecer sem ressalva. Segundo estabelece o CFC, os efeitos da inobservância devem ser avaliados, aceitos e devidamente revelados nas demonstrações contábeis.

149 As revelações acerca das demonstrações contábeis têm relação com as informações a que o auditor tem acesso pelo trabalho realizado. Desse modo, o auditor pode deixar de revelar informações, muitas vezes privilegiadas em razão da confidencialidade a ele conferida pela empresa sob auditoria, desde que o usuário não seja induzido a conclusões errôneas e prejudiciais ao seu próprio interesse.

150 A versão preliminar do relatório de auditoria de natureza operacional deve ser encaminhada aos gestores dos órgãos ou programas auditados e aos seus superiores hierárquicos, ficando à disposição de qualquer interessado; nessa fase, as sugestões encaminhadas pelos gestores e demais interessados serão debatidas publicamente.

A respeito do monitoramento, supervisão e controle de qualidade dos trabalhos de auditoria, julgue os itens que se seguem.

151 A atividade da auditoria interna deve fazer parte de projeto de monitoramento e avaliação da eficácia geral do programa de qualidade. Entre as avaliações externas, podem-se mencionar as revisões periódicas executadas por outras pessoas da organização com conhecimento das práticas internas da auditoria. Entre as avaliações internas, podem-se citar as revisões de qualidade conduzidas todos os anos por pessoa qualificada, da própria equipe de trabalho do responsável pela auditoria.

152 Para efeito de supervisão e controle de qualidade no âmbito da auditoria independente, na avaliação permanente da carteira de clientes, a orientação do CFC é a de não se promover rodízio dos auditores responsáveis pela realização dos serviços, de modo a resguardar a independência do auditor responsável e assegurar a continuidade e coerência dos trabalhos.

Acerca dos procedimentos em processo de tomada e prestação de administração pública federal, julgue os próximos itens.

153 Para efeito de organização e apresentação dos processos de tomada e prestação de contas, o TCU considera que a relevância está relacionada à participação que um órgão ou entidade tem no orçamento público e a materialidade é a dimensão econômica ou social de um órgão ou entidade em função das ações de que é responsável. A importância de qualquer uma dessas características exclui a outra.

154 Os conselhos de fiscalização do exercício profissional deixaram de se sujeitar à jurisdição do TCU. Atualmente, tais conselhos, quer o de âmbito federal, quer os de âmbito regional, prestam contas reciprocamente de suas ações e da utilização dos recursos disponíveis, mantendo vinculação com o poder público.

155 Caso, ao se manifestar sobre as contas dos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados relativas a determinado exercício, o TCU tenha emitido relatório com a informação de que essas contas estavam em condições de ser julgadas, juntamente com as do presidente da República, nessa situação, a Corte deveria ter emitido parecer conclusivo, destacadamente, para cada um dos respectivos presidentes.

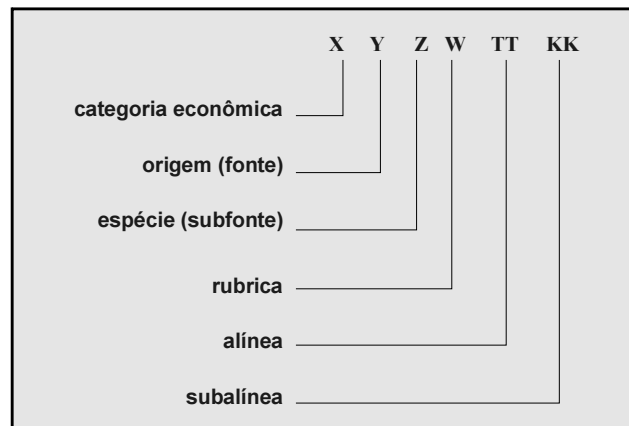
Aspectos culturais, históricos, sociais e políticos evoluem ao longo do tempo, alterando a intensidade e a natureza das demandas da sociedade por maior ou menor intervenção do Estado na vida socioeconômica de um país. Em economias de mesmo tamanho, as necessidades de atuação estatal sofrem a influência de desigualdades regionais e sociais, cuja correção não dispensa a ação coletiva voltada para a eliminação dos fatores que concorrem para a preservação dessas disparidades.

Fernando Rezende. **Finanças públicas**. 2.^a ed., São Paulo: Atlas, 2001, p. 34-5 (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir.

156 A chamada lei de Wagner preconiza que, em países industrializados, o setor público cresce sempre a taxas mais elevadas que o nível de renda, de tal forma que a participação relativa do governo na economia cresce com o próprio ritmo de crescimento econômico do país.

157 A teoria de finanças públicas consagra ao Estado o desempenho de três funções primordiais: alocativa, distributiva, e estabilizadora. A função distributiva deriva da incapacidade do mercado de suprir a sociedade de bens e serviços de consumo coletivo. Como esses bens e serviços são indispensáveis para a sociedade, cabe ao Estado destinar recursos de seu orçamento para produzi-los e satisfazer sua demanda.



Manual técnico do orçamento 2008. Secretaria de Orçamento Federal, p. 17.

A partir da figura acima, que apresenta o esquema de identificação dos recursos que ingressam nos cofres públicos, o qual é desdobrado em seis níveis, relacionados ao código identificador da natureza de receita, julgue os itens seguintes, acerca das receitas públicas.

158 A Lei n.º 4.320/1964 representa o marco fundamental da classificação da receita orçamentária. Nessa lei, é explicitada a discriminação das fontes de receitas pelas duas categorias econômicas básicas, com destaque, entre as receitas correntes, para as receitas tributárias compostas por impostos, taxas e contribuições sociais.

159 A Conta Única do Tesouro Nacional, mantida pelo Banco do Brasil, tem por finalidade acolher as disponibilidades financeiras da União movimentáveis pelas unidades gestoras da administração federal, excluindo-se a contribuição previdenciária, que ingressa em conta específica administrada pelo INSS.

160 No esquema apresentado, a espécie constitui um maior detalhamento da categoria anterior (origem). Essa classificação não está relacionada à Lei n.º 4.320/1964, mas, sim, à classificação discricionária adotada pela Secretaria de Orçamento Federal e pela Secretaria do Tesouro Nacional. No caso dos tributos, a espécie relaciona os tipos de tributos previstos na Constituição Federal.

161 No mínimo sessenta dias antes do prazo final para a remessa da proposta do orçamento, o Poder Executivo deve colocar à disposição dos Poderes Legislativos e Judiciário, do TCU e do Ministério Público as estimativas das receitas para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculos, devendo a concessão ou ampliação de benefício de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício de sua vigência.

No âmbito da seguridade social, que engloba saúde, previdência e assistência social, o orçamento é financiado por recursos vinculados a esse segmento, inclusive suas respectivas multas e juros. Esses recursos totalizaram, em 2006, R\$ 274,6 bilhões.

Aplicados os critérios predefinidos, os dispêndios do sistema de seguridade social atingiram R\$ 303,2 bilhões, o que evidencia um resultado negativo de R\$ 28,6 bilhões. Todavia, caso não houvesse a desvinculação de 20% das receitas de contribuições, por força da Emenda Constitucional n.º 27/2000, a seguridade social apresentaria saldo positivo de R\$ 5,3 bilhões, ou seja, a causa do *deficit* da seguridade pode ser atribuída à desvinculação das receitas da União.

Relatório e pareceres prévios sobre as contas do governo da república: exercício de 2006. Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, 2007, p. 125-8 (com adaptações).

A partir do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 162** As despesas da seguridade social podem ser executadas por órgão ou entidade na esfera institucional da saúde, da previdência social ou da assistência social, ou seja, por órgão ou entidade vinculados aos ministérios correspondentes a essas áreas, independentemente da natureza da despesa.
- 163** No processo de elaboração orçamentária, a meta de resultado fiscal deve constar do Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e tem por finalidade garantir a redução gradual da relação dívida pública/produto interno bruto, considerando-se o montante necessário para a recondução do endividamento público aos limites estabelecidos em resolução do Senado Federal.
- 164** As receitas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios destinadas à seguridade social constarão do orçamento da União, que será elaborado de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, pela previdência social e pela assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na LDO, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

Considere, por mera hipótese, que o próximo presidente da República venha a implementar, no primeiro ano do seu mandato, um programa de saúde pública de apoio às famílias residentes na área rural do país e que esse programa não esteja previsto na época de elaboração do orçamento feito pelo seu antecessor e aprovado pelo Congresso Nacional. Considere, ainda, que as despesas estimadas com o novo programa representarão 2% do orçamento previsto para a seguridade social no primeiro ano de mandato do novo chefe do Poder Executivo. Em face dessas considerações, julgue os itens subseqüentes.

- 165** Os recursos para o programa, criado no âmbito da seguridade social, poderão ser viabilizados por meio da edição de uma medida provisória que institua uma nova contribuição social com entrada em vigor no prazo de 90 dias, respeitando-se o princípio da anterioridade mitigada prevista no art. 195 da Constituição Federal.
- 166** O Poder Executivo poderá alocar créditos orçamentários diretamente para a unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes ao programa, por meio da consignação de recursos transferidos de unidades orçamentárias integrantes do orçamento fiscal para orçamento da seguridade social.
- 167** Os recursos para o programa da seguridade social implantado no primeiro ano do mandato presidencial poderão ser viabilizados por meio da abertura de crédito extraordinário autorizado por lei e aberto por decreto e com a indicação dos recursos correspondentes.

O TCU tem mostrado preocupação com o acompanhamento e o controle das contas referentes a restos a pagar, em virtude do expressivo volume de recursos do governo federal inscritos nessa rubrica nos últimos exercícios financeiros. Julgue os próximos itens, acerca de restos a pagar.

- 168** O volume expressivo de restos a pagar não-processados inscritos ou revalidados em determinado exercício financeiro compromete a programação financeira e o planejamento governamental nos exercícios seguintes.
- 169** A inscrição em restos a pagar é feita na data do encerramento do exercício financeiro de emissão da nota de empenho, mediante registros contábeis, e, nessa mesma data, processa-se também a baixa da inscrição feita no encerramento do exercício anterior. A inscrição terá validade até 31 de dezembro do ano subseqüente, período no qual o credor deverá habilitar-se ao recebimento do que lhe é devido, sendo vedada a reinscrição.

O orçamento é um instrumento que expressa a alocação de recursos públicos, sendo operacionalizado por meio de diversos programas, que constituem a integração do plano plurianual com o orçamento. Julgue os itens a seguir, a respeito do orçamento público no Brasil.

- 170** A lei que institui o plano plurianual (PPA) deve estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e para outras delas decorrentes. Contudo, não existe um modelo legalmente instituído para organização, metodologia e conteúdo dos PPAs.
- 171** O elemento básico da estrutura do orçamento-programa é o programa, que pode ser conceituado como o campo em que se desenvolvem ações homogêneas que visam ao mesmo fim. Contudo, a Lei n.º 4.320/1964 não criou condições formais e metodológicas necessárias à implantação do orçamento-programa no Brasil.
- 172** As prioridades e metas físicas da administração pública federal para o exercício de 2008 correspondem às ações constantes do Anexo I, de metas e prioridades, conforme artigo 4.º da LDO/2008, as quais devem constar do projeto de lei orçamentária. Em pareceres prévios sobre as contas de governo, relativos aos últimos exercícios, foram freqüentes as críticas do TCU relacionadas à perda de efetividade do anexo de metas e prioridades da administração pública federal. O tribunal questionou a real função desse anexo e pôs em xeque a adequação de vinculação e obrigatoriedade entre as ações dos principais instrumentos de planejamento e orçamento.
- 173** A Lei Orçamentária Anual (LOA) compreenderá o orçamento fiscal, o de investimento e o da seguridade social, devendo propiciar uma visão de conjunto e integrada das ações empreendidas pela administração pública. Devem integrar os orçamentos fiscal e da seguridade social os fundos de incentivos fiscais e as transferências para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
- 174** A execução financeira dos programas do PPA pode apresentar um descompasso entre o desempenho de metas físicas e a execução orçamentária e financeira. Em geral, a apresentação de resultados inferiores de metas físicas, em relação à execução financeira, pode decorrer de deficiência no planejamento, dificuldades na condução de licitações ou na celebração de convênios e contratos, pendências ambientais e efeitos do contingenciamento orçamentário sobre a programação das despesas.

Considerando os limites de apuração com gastos de pessoal constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens seguintes.

- 175** O TCU deve alertar imediatamente o Poder Executivo, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União, sempre que as despesas de pessoal excederem 95% do limite autorizado na LRF.
- 176** Para efeitos da LRF, a despesa total com pessoal engloba o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.
- 177** Na verificação da despesa total com pessoal da União, não serão computadas as despesas com indenização por demissão de servidores, as relativas à demissão voluntária e as decorrentes dos contratos de terceirização de mão-de-obra referentes a substituição de servidores e empregados públicos.
- 178** Sempre que a despesa total com pessoal exceder o limite prudencial, a União fica proibida de conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração. Contudo, poderá fazer admissão ou contratação de pessoal das áreas de educação, saúde e segurança, a título de reposição em virtude de aposentadoria ou falecimento de servidores.

Com base nos conceitos da administração pública e na legislação e experiência brasileiras nessa área, julgue os itens de **179 a 194**.

- 179** A estruturação da máquina administrativa no Brasil reflete a forte tradição municipalista do país, cujo ímpeto descentralizante se manifesta, na Constituição de 1988, reforçado pela longa duração do período transcorrido entre 1964 e 1985, marcadamente caracterizado pela associação entre autoritarismo e centralização.
- 180** De acordo com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), os serviços não-exclusivos constituem um dos setores correspondentes às atividades-meio, que deveriam ser executadas apenas por organizações privadas, sem aporte de recursos orçamentários, exceto pela aquisição de bens e serviços produzidos.
- 181** A transição de Estado provedor para regulador impõe sérios desafios, entre os quais se destacam o reforço da função regulatória em face do avanço da privatização, o fortalecimento da defesa da concorrência diante da abertura comercial e as exigências da competitividade em um contexto dominado por grandes conglomerados internacionais.
- 182** Para a administração pública gerencial, ao contrário do que ocorre na administração pública burocrática, a flexibilização de procedimentos e a alteração da forma de controle implicam redução da importância e, em alguns casos, o próprio abandono de princípios tradicionais, tais como a admissão segundo critérios de mérito, a existência de organização em carreira e sistemas estruturados de remuneração.

- 183** Entre as maiores restrições apontadas em relação ao chamado orçamento participativo, destacam-se a pouca legitimidade, haja vista a perda de participação do Poder Legislativo, e a maior flexibilidade na programação dos investimentos.
- 184** O orçamento é o mais eficaz instrumento de verificação prévia da utilização dos recursos públicos visto que, além de passar pela aprovação dos representantes políticos da população, fixa tetos para as despesas, que só podem ser realizadas mediante prévio empenho e, conforme o caso, após licitação.
- 185** O *balanced scorecard* é uma ferramenta de gestão por meio da qual uma organização identifica e equilibra metas associadas em diferentes perspectivas, harmonizando seus compromissos de curto prazo com os objetivos de longo prazo.
- 186** O controle dos resultados de forma descentralizada, na administração pública, depende de um grau de confiança limitado nos agentes públicos, que, mesmo com estrito monitoramento permanente, devem ter delegação de competência suficiente para escolher os meios mais apropriados ao cumprimento das metas prefixadas.
- 187** A comunicação no serviço público está sujeita a algumas falhas caracterizadas pelos autores como distorção, quando, por exemplo, as chefias não transmitem a orientação necessária à realização das tarefas atribuídas ao servidor, ou, então, como omissão, quando a quantidade de informações transmitidas excede a capacidade do destinatário de processá-las adequadamente.
- 188** O Sistema Integrado de Administração de Pessoal do Governo Federal (SIAPE) é um sistema informatizado de gestão de recursos humanos que controla as informações cadastrais e processa os pagamentos dos servidores federais dos Três Poderes e do Ministério Público, incluindo as entidades da administração indireta, integrantes ou não dos orçamentos da União.
- 189** Para cadastrar-se no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), mesmo as microempresas que queiram participar de tomadas de preços e concorrências terão de elaborar e registrar suas demonstrações contábeis, exceto na hipótese de a administração pública precisar adquirir bens para pronta entrega.
- 190** As chamadas sociedades de propósito específico, constituídas com a finalidade precípua de implantar e gerir o objeto dos contratos de parceria público-privada, devem obedecer a padrões de governança corporativa, os quais vêm sendo crescentemente exigidos, tanto no âmbito da administração pública como no do setor privado.
- 191** A qualificação como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), atribuível às pessoas jurídicas de direito privado, requer que tais organizações não tenham fins lucrativos ou que, tendo-os, elas não distribuam os resultados aos seus dirigentes e os apliquem preferencialmente na consecução do respectivo objeto social.
- 192** Considerando-se que as políticas são decisões programadas que orientam o dia-a-dia da administração, refletem os objetivos estratégicos e orientam os dirigentes e demais empregados ou servidores em situações que exigem decisão e julgamento, é correto afirmar que, no caso dos órgãos governamentais de controle externo, uma das políticas de relações com o público externo é dar publicidade imediata a quaisquer investigações resultantes de denúncias de irregularidades e manter sob sigilo, perante o denunciante, todas as providências adotadas para a apuração dos fatos.

193 Com a adoção da Política Nacional de Meio Ambiente, que incorporou à legislação brasileira importantes mecanismos de participação social, conferiu-se ao Ministério Público legitimidade para agir em matéria de responsabilidade civil objetiva com relação aos danos ao ambiente, bem como concedeu-se às ONGs ambientais a possibilidade de moverem ações civis públicas visando à reconstituição do bem lesado ou à indenização pelo dano causado ao ambiente.

194 Na administração de projetos no setor público, uma das vantagens apontadas com a adoção do sistema matricial é o fato de se criar uma estrutura específica que pode continuar a ser utilizada indefinidamente, para quaisquer novos projetos.

Considerando os conceitos e os procedimentos aplicáveis ao setor público, e com suporte na legislação de regência, julgue os itens a seguir.

195 Por determinação legal, os restos a pagar, que constituem dívida flutuante, devem ser registrados de modo a evidenciar três critérios de classificação: por exercício, por credor e diferenciando-se a condição de despesas em processadas e não-processadas.

196 Caso a União emita novos títulos para pagamento de dívidas mobiliárias vencidas, as quais se componham de principal, atualização monetária e juros, nos valores de, respectivamente, R\$ 100.000.000,00, R\$ 10.000.000,00 e R\$ 15.000.000,00, nessa situação, de acordo com a LRF, o refinanciamento de tais dívidas corresponderá a R\$ 100.000.000,00.

197 No caso de atos de gestão realizados sem a devida fundamentação legal, a prerrogativa dos dirigentes dos órgãos e das unidades do Sistema de Contabilidade Federal é não efetuar os respectivos registros e comunicar o fato aos órgãos de controle interno e externo.

198 O fornecimento continuado de dados contábeis do Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal (SIAFI), por meio de acesso *online* às bases de dados dos sistemas, é permitido às instituições públicas em geral e às entidades do setor privado, mediante habilitação no sistema desejado, a qual é renovável periodicamente e, em alguns casos, é feita com base em termo de cooperação técnica.

199 Considere que se disponha, ao final do exercício, dos seguintes dados referentes aos valores patrimoniais de um ente público:

passivo financeiro	R\$ 650.000,00
passivo permanente	R\$ 850.000,00
ativo real líquido	R\$ 300.000,00
ativo compensado	R\$ 450.000,00
<i>superavit</i> financeiro	R\$ 150.000,00

Com base nesses dados, é correto concluir que o ativo permanente corresponde a R\$ 1.000.000,00.

200 No caso de bens móveis produzidos ou de imóveis construídos diretamente pelo ente público, os valores que devem ser incorporados ao patrimônio e que devem figurar no balanço patrimonial são aqueles pelos quais esses mesmos bens poderiam ser adquiridos no mercado.

Considere os seguintes dados do balanço orçamentário de um ente público (valores em R\$ 1.000.000,00).

RASCUNHO

receita		despesa	
receita tributária	500	pessoal e encargos	450
receita patrimonial	80	juros da dívida pública	170
novos empréstimos	180	investimentos	140
rolagem da dívida	220	amortização da dívida pública	220
total	980	total	980

Com base nos dados apresentados, julgue os itens que se seguem.

201 Os juros da dívida pública, no caso apresentado, estão sendo parcialmente financiados por receitas de capital. Há *deficit* corrente e *deficit* primário.

202 Nessa situação, a chamada regra de ouro foi obedecida, pois as operações de crédito não excederam as despesas de capital.

Acerca do resultado e da situação patrimonial, julgue os itens subseqüentes.

203 Considere que, ao final do exercício financeiro, um ente público apresente os seguintes saldos para efeito de apuração do resultado patrimonial (valores em R\$ 1.000.000,00):

receitas orçamentárias	350
despesas orçamentárias	270
mutações patrimoniais da receita	210
mutações patrimoniais da despesa	180
cancelamento de dívidas passivas	45
doações efetuadas	35

Com base nesses dados, é correto afirmar que se apurou um *superavit* de R\$ 120 milhões.

204 Caso um ente público tenha apresentado, no exercício anterior, um saldo patrimonial negativo de R\$ 750 milhões e, no exercício corrente, o resultado patrimonial deficitário tenha sido de R\$ 190 milhões, nessa situação, para eliminar o passivo real descoberto, esse ente público terá de produzir, no(s) próximo(s) exercício(s), um excesso de R\$ 940 milhões entre variações ativas e passivas.

205 O balanço financeiro da União, integrante do relatório resumido da execução orçamentária de 31 de dezembro de 2007, apresentava, antes de seu fechamento, os seguintes saldos (em R\$ bilhões):

ingressos orçamentários	1.252
ingressos extra-orçamentários	452
dispêndios orçamentários	1.224
dispêndios extra-orçamentários	423

Com base nesses dados, é correto concluir que o saldo das disponibilidades para o exercício seguinte estará acrescido de R\$ 28 bilhões em relação ao saldo transferido do exercício anterior.

206 O relatório de gestão fiscal de um ente público, no demonstrativo de restos a pagar, deve evidenciar as despesas liquidadas e as despesas empenhadas, mas não liquidadas. Destas, uma parte será inscrita até o limite do saldo da disponibilidade de caixa, e a outra parte não será inscrita, por insuficiência da disponibilidade de caixa, sendo cancelados os respectivos empenhos.

207 O relatório de gestão fiscal de um ente público deve conter um demonstrativo da despesa com pessoal. Para verificação de cumprimento do limite, calculado em percentual da receita tributária líquida, são excluídas, entre outras, as despesas com pessoal terceirizado temporário e com horas extras.

Com base nos conceitos e aplicações concernentes à análise de demonstrações contábeis de empresas, com suporte na legislação específica e considerando as prescrições da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), julgue os itens de **208 a 220**.

- 208** De acordo com o que prescreve a CVM, a liquidez refere-se às disponibilidades de caixa em diferentes períodos, independentemente dos compromissos financeiros, e a solvência remete à disponibilidade para fazer face a quaisquer obrigações remanescentes ou supervenientes.
- 209** A estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis da CVM recomenda que as incertezas que envolvem certos eventos e circunstâncias sejam tratadas com prudência, não se superestimando ativos e receitas, e não se subestimando passivos e despesas. O limite da prudência deve ter em conta a neutralidade, a imparcialidade, de modo a evitar, por exemplo, a formação de reservas ocultas ou provisões excessivas.
- 210** O *balanced scorecard* é uma ferramenta gerencial que reflete o desafio que uma organização tem de enfrentar para harmonizar os interesses de vários grupos em torno de objetivos diversos. Neste sentido, o desempenho social poderia ser objeto de um parecer de auditoria social, paralelamente ao tradicional parecer de auditoria financeira, aplicável ao desempenho financeiro.
- 211** Considerando-se que os custos de oportunidade não são evidenciados pelos sistemas contábeis convencionais, é correto afirmar que o tempo de espera de um usuário dos serviços públicos em uma fila de atendimento de uma repartição é um exemplo desse tipo de custo para o contribuinte que deixa de auferir uma renda que o exercício de sua atividade profissional lhe proporcionaria durante o tempo perdido na fila.
- 212** Considerando-se as atuais disposições da Lei das Sociedades por Ações, é correto afirmar que as subvenções para investimentos passam a integrar o resultado, constituindo, obrigatoriamente, base de cálculo para os tributos sobre os lucros e para a distribuição dos dividendos.
- 213** Considere que o auditor de uma companhia aberta constate que ela detém participações no capital de outras empresas. Considere, ainda, que, dos registros dessa companhia, o auditor tenha extraído os seguintes dados:
- | | |
|---------------------------------------|----------------------|
| participação em coligadas | R\$ 150.000.000,00 |
| participação em controladas | R\$ 150.000.000,00 |
| capital social | R\$ 500.000.000,00 |
| patrimônio líquido | R\$ 1.000.000.000,00 |
- Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que essa companhia deve elaborar e divulgar demonstrações contábeis consolidadas.
- 214** Se uma empresa apresentar um lucro de R\$ 400 milhões, antes das despesas financeiras — previstas em R\$ 80 milhões — e dos tributos sobre o resultado, nessa situação, caso se calcule a alavancagem financeira dessa empresa em termos de lucro por ação ordinária, a um acréscimo de 100% no lucro antes das despesas financeiras e dos tributos sobre o resultado corresponderá um acréscimo de 125% no lucro por ação.

- 215** Caso o retorno sobre o patrimônio líquido (LL/PLm) de uma empresa seja igual a

$$\frac{LL}{PLm} = \frac{LL}{VL} \times \frac{VL}{ATm} \times \frac{ATm}{PLm},$$

em que LL = lucro líquido, VL = vendas líquidas, ATm = ativo total médio e PLm = patrimônio líquido médio, uma das formas de essa empresa melhorar o retorno sem alterar o total do capital empregado (aplicado) será aumentar a relação entre capitais próprios e de terceiros.

- 216** Considere que uma empresa apresente, em determinado período, os seguintes dados:

vendas líquidas R\$ 1.000.000,00

lucro operacional líquido R\$ 100.000,00

ativo operacional médio R\$ 500.000,00

Considere, ainda, que a administração dessa empresa, insatisfeita com o retorno sobre o investimento operacional, estabeleça como meta aumentá-lo em 50%.

Nessa situação, para atingir tal objetivo, uma das opções da empresa será aumentar as vendas em 50%, mantendo a margem de lucro, sem novos investimentos.

- 217** Se, ao analisar a margem operacional de uma empresa, um consultor verificar que essa margem se situa abaixo da média do setor, e se esse quociente for o mais sensível às variações do retorno sobre o investimento operacional, nessa situação, esse consultor deve sugerir, para a melhoria da rentabilidade da empresa, uma das seguintes opções: reduzir as despesas não-operacionais; aumentar as vendas, ainda que a margem de lucro seja sacrificada; ou ampliar a capacidade produtiva.

- 218** Caso uma empresa apure um lucro operacional de R\$ 1.500.000,00, antes das despesas financeiras e dos tributos sobre os resultados, e tais despesas financeiras atinjam R\$ 250.000,00, o índice de cobertura dessas despesas permite que se afirme que o lucro operacional dessa empresa seria capaz de cobrir cinco vezes esses encargos.

- 219** Na análise dos índices de liquidez, o analista de controle externo deve estar atento a certos aspectos que podem mascarar uma situação aparentemente favorável. Nesse sentido, ele deve considerar com mais rigor a exigibilidade efetiva dos passivos que a possibilidade de realização dos ativos e assegurar-se de que os prazos de realização dos ativos são maiores que os de vencimento dos passivos.

- 220** Considere que uma empresa apresente, ao longo de três exercícios, a seguinte situação, relativa ao comportamento de suas despesas financeiras:

exercício 1 R\$ 150.000,00

exercício 2 R\$ 180.000,00

exercício 3 R\$ 360.000,00

Com base nessas informações, é correto afirmar que, na análise horizontal, utilizando-se base móvel, o índice correspondente ao exercício 3 será igual a 200.

PROVA DISCURSIVA P₄

- Nesta prova, que vale **sessenta** pontos — **quarenta** pontos para a peça e **vinte** pontos para a questão —, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P₄**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite os limites máximos de **cinquenta** linhas para a peça e de **vinte** linhas para a questão, pois quaisquer fragmentos de texto além desses limites serão desconsiderados. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na(s) página(s) de texto definitivo correspondente(s).
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

PEÇA TÉCNICA

A segregação de funções faz parte de um conjunto de atividades de controle consideradas relevantes para uma auditoria das demonstrações contábeis. Significa dizer que se deve fazer com que os indivíduos não realizem funções incompatíveis.

Do ponto de vista de controle, funções são consideradas incompatíveis quando é possível que um indivíduo cometa um erro ou fraude e esteja em posição que lhe permita esconder o erro ou a fraude no curso normal de suas atribuições.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um relatório de controle interno sobre os aspectos relacionados à segregação de funções em uma organização auditada, considerando, ainda, que tenham sido feitas as seguintes verificações relevantes a respeito da mencionada organização:

- ▶ um dos responsáveis por recebimentos de caixa está também autorizado a aprovar abatimentos em contas de clientes e a registrar devoluções de vendas;
- ▶ um dos responsáveis por pagamentos recebe os extratos bancários e efetua as respectivas conciliações;
- ▶ somente alguns funcionários do Departamento de Compras estão autorizados a aprovar as encomendas e efetuar as aquisições, e, mesmo assim, até determinado limite de valor;
- ▶ o Departamento de Vendas aprova os créditos de clientes que já efetuaram pelo menos uma operação com a organização;
- ▶ o almoxarife controla o recebimento dos materiais adquiridos e faz a comunicação à Contabilidade, que confere essa informação com a cópia do pedido de compra, que já lhe fora encaminhado;
- ▶ ao Departamento de Tecnologia da Informação cabe, entre outras atribuições, a correção dos dados submetidos por departamentos usuários.

Ao elaborar seu texto, analise cada uma das situações descritas acima, apontando eventuais falhas ou pontos fracos e sugerindo possíveis modificações nos procedimentos adotados, relativos aos diferentes setores e responsáveis pelas operações da organização em apreço.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

QUESTÃO

O princípio do equilíbrio entre receitas e despesas e o critério da transparência na gestão fiscal passaram a representar uma importância crescente na elaboração e execução orçamentárias.

Nesse sentido, a Constituição de 1988 já havia determinado que o projeto de lei orçamentária seria acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, bem como que qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente essas matérias ou o correspondente tributo ou contribuição.

Diante disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal atribuiu tratamento estrito às situações de renúncia de receita e de geração de despesa.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um parecer referente a uma proposição que estabelece, por um lado, incentivo fiscal com redução do imposto devido, e, por outro, cria um programa que acarretará dispêndio de recursos, em ambos os casos, por período indeterminado. Indique, no parecer, os critérios e condições tanto para a aprovação do incentivo fiscal quanto do novo programa. Considere, especialmente, os requisitos necessários e as opções disponíveis para a implementação das duas iniciativas, tendo por base as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

RASCUNHO – QUESTÃO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	